



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”



Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária

ATA



ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1819/2018 –
QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O
EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS, DA COMISSÃO DE
ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DA 4^a SESSÃO
LEGISLATIVA DA 18^a LEGISLATURA, DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA
PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE
2018.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e nove do mês de Maio de dois mil e dezoito, no Plenário "Senador Humberto Lucena", da Câmara Municipal de João Pessoa, reuniu-se em Audiência Pública a Comissão Permanente de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária da Assembléia Legislativa da Paraíba, sob a Presidência do Deputado Edmilson Soares, ocorreu a Audiência Pública, com o objetivo de discutir as diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2019 e dá outras providências. "Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano" o Senhor Presidente declarou aberta a Audiência, convidando a compor a Mesa o Deputado Buba Germano, Deputado João Henrique, Deputado Renato Gadelha, Deputado Frei Anastácio e o Sr. Waldson Dias de Souza (Secretário do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão). Dispensada a execução do Hino Nacional, o Senhor Presidente passou a palavra ao secretário o Deputado Frei Anastácio que fez a leitura do expediente onde constava a justificativa de ausência do Procurador Chefe do Trabalho Carlos Eduardo de Azevedo Lima.



Em seguida o secretário de planejamento Waldson Dias realizou os cumprimentos de praxe, afirmou que desde 2017 decisões importantes foram tomadas no estado e é importante explicitar o cenário econômico nacional e estadual, falou sobre sete situações que tem tido um grande impacto nos estados, como o aumento vegetativo da folha, a variação positiva do dólar, inflação, aumento do pagamento dos estoques de precatórios, aumento das despesas com previdência, bloqueios judiciais diversos, legislações que limitam a despesa pública. Mencionou que a Paraíba é a sexta menor dívida pública do país, apresentou dados que mostravam a situação financeira do estado no que diz respeito a receitas e despesas e as perspectivas para o ano 2019, falou sobre o teto de gasto público da paraíba e as penalidades no caso de descumprimento. Em seguida o Deputado Renato Gadelha sugeriu que a prioridade seja dada às entidades e o Deputado João Henrique cedeu seu tempo as entidades. O Deputado Frei Anastácio disse que o objetivo da lei de diretrizes orçamentárias é elaborar estimativas receitas e metas fiscais para 2019 e que essas estimativas são pautadas na política fiscal vigente, afirmou que mesmo diante dos percalços o estado tem mantido equilíbrio nas contas, mencionou que não existe dispositivo que assegure que nenhum poder ou órgãos receba um repasse menor do que o valor do ano anterior. Encerrou questionando o secretário ao secretário qual a margem de negociação que o executivo está disposto a adotar para reconstruir as condições de sobrevivência financeira do poder judiciário e órgãos, impedindo que os mesmos tenham dificuldade de funcionamento no próximo ano. Com a palavra o Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado da Paraíba, Waldson Dias de Souza Após os cumprimentos de praxe, proferiu esclarecimentos acerca do Artigo 35º da Lei que versa sobre o projeto de lei da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO do ano de 2019, no tocante do porquê que nos seus parágrafos não consta a questão atinente a previsão da vedação sobre orçamento empregado menor do que no ano anterior . Proferiu, ainda, esclarecimentos acerca do repasse duodécimo ao Poder Judiciário, além de afirmar que não há congelamento algum dos valores. Dissertou sobre a queda de Receita do Estado da Paraíba quando acabar alguns impostos incidentes dos combustíveis. Com a palavra o juiz de Direito Dr. Marcial Henrique Ferraz da Cruz. Após os cumprimentos de praxe, trouxe um breve histórico de percentuais acerca do aumento do orçamento do Estado da Paraíba do ano de 2010 até 2017. Falou que o orçamento do Poder Judiciário persiste o mesmo orçamento desde o ano de 2016. Afirmou que não houve nenhum aumento do orçamento do Poder Judiciário, mas um pequeno acréscimo de repasse, não previsto no orçamento. Dissertou sobre o cronograma mensal de desembolso. Falou sobre a autonomia financeira e administrativa dos Poderes estaduais. Falou, ainda, que o parágrafo primeiro inciso 99 da Lei da LDO, afirmado que nunca foi feito no Estado da Paraíba. Que em momento nenhum o Poder Executivo discute a feitura da LDO com os demais Poderes. Falou, ainda, sobre os gastos do Poder Judiciário com pessoal que é menor do que o emitido pelo Estado da Paraíba. Leu argumentos



de um processo no Supremo Tribunal Federal que versa sobre o repasse integral do orçamento do Tribunal de Justiça. Por fim, salientou que a proposta de lei da LDO de 2019 é preocupante ainda mais sobre as ponderações previstas no artigo 35, que versa sobre o teto do orçamento, não tratando mais de limite de gastos. O senhor Secretário Waldson de Souza cumprimentou o último orador e disse que há equívocos na interpretação de receita dita pelo juiz. Disse, ainda, que não há como fazer projeção de aumento de orçamento. Falou que todos os Poderes do país estão submetidos ao teto de gastos públicos. Esclareceu questionamentos acerca do orçamento do Poder Judiciário. Com a palavra o senhor Leonardo, promotor de justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba. Após os cumprimentos de praxe, proferiu comentários acerca da realidade orçamentária do Ministério Público do Estado da Paraíba que é aquém do necessário. Falou da necessidade de contratar promotores públicos através de concursos, salientando que há 57 cargos em vacância, e que existe um concurso em validade. Falou, ainda, sobre o orçamento congelado do Ministério Público do Estado da Paraíba desde o ano de 2016. Pediu o incremento da variação do IPCA. Falou sobre o aumento do orçamento do Estado da Paraíba ano a ano. Com a palavra à senhora Madalena Abrantes, presidente da Defensoria Pública do Estado da Paraíba. Após os cumprimentos de praxe, falou sobre a falta de diálogo do governo estadual em ouvir os pleitos da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, devido aos reiterados pedidos de audiência com o governador do estado que não foram atendidos até o momento. Falou, ainda, que o orçamento da Defensoria Pública Estadual está congelado desde o ano 2014. Relatou quais são as das despesas diárias da Defensoria Pública do Estado da Paraíba. Pediu a sensibilidade dos deputados para com a causa dos defensores públicos. O presidente da sessão anunciou as presenças dos Deputados Bruno Cunha Lima, Hervázio Bezerra, Raniery Paulino e Anísio Maia. Com a palavra o assessor da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, Paulo Gildo. Após os cumprimentos de praxe, demonstrou dados que legitimam a afirmação de que o Artigo 35 do projeto de lei da LDO 2019 fere a harmonia entre os Poderes. Falou da evolução maciça de arrecadação do estado desde o ano de 2010. Com a palavra o professor Rangel Junior, reitor da Universidade Estadual da Paraíba. Após os cumprimentos de praxe, disse estar desanimado devido às leis descumpridas pelo estado para com a UEPB. Trouxe dados orçamentários da UEPB. Falou que o orçamento da UEPB é no tocante a lei 76432/04. Falou, ainda, sobre os critérios para elaboração do orçamento da Universidade Estadual da Paraíba. Dissertou sobre o aumento das atividades da UEPB desde o ano 2005 e a falta de reposição orçamentária para cobrir esses gastos. Indagou sobre alguns decretos emitidos pelo governador acerca do pagamento integral do orçamento, mas que não ocorreu na prática, algo acordado em reunião com a instituição. Com a palavra o senhor Manuel Izidro. Após os cumprimentos de praxe, indagou, devido a tudo que foi dito até o momento, se só a Assembleia Legislativa da Paraíba estaria dentro do limite constitucional orçamentário. Disse sentir dificuldade em

entender o porquê o Poder Executivo está com dificuldades para dar aumento. Houve um aumento na receita própria do Estado da Paraíba. Indagou sobre receitas extras recebidas pelo Estado da Paraíba em anos anteriores. Indagou ainda, que o Estado da Paraíba tem como dar aumento duodécimo. Proferiu os motivos que o estado pode dar esse aumento. Por fim, disse que na segunda gestão do atual governo, o servidor só teve 1% de aumento. Indagou o porquê que mais um ano sem reajuste ao servidor, e o que o servidor efetivo fez para com o governo para ter vários anos sem reajuste. Com a palavra o senhor José Ivonaldo, presidente da Associação dos Técnicos e Analista do Poder Judiciário. Após os cumprimentos de praxe, salientou que em todos os anos há artigos parecidos com a previsão do artigo 35 do projeto de lei da LDO 2019. Por fim, salientou que a falta de incremento no orçamento, afeta as demandas dos Poderes. Com a palavra o senhor Gilberto Medeiros Rodrigues. Após os cumprimentos de praxe, proferiu comentários acerca das decisões no Supremo Tribunal Federal sobre o mérito do Poder Judiciário na LDO. Salientou que o incremento orçamentário nas finanças do estado nos últimos anos. Salientou, ainda, os repasses aquém do orçamento para os demais Poderes e o congelamento desses orçamentos. Salientou que o principal imposto do estado é o ICMS. Demonstrou, através de dados, que pelos indicadores econômicos que o orçamento do estado para o ano que vem será maior. Por fim terminou sua fala com uma frase do ex-presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln. Com a palavra o Senhor Nelson Júnior. Após os cumprimentos de praxe, parabenizou os Auditores Fiscais do Estado da Paraíba pelo incremento da arrecadação no orçamento do Estado. Solidarizou-se com os técnicos administrativos do estado no tocante à suas demandas. Criticou a mudança da lei de autonomia dos poderes. Com a palavra o senhor João Ramalho, presidente do SINJEP. Após os cumprimentos de praxe, criticou a forma como o governador do estado administra o orçamento do estado. Criticou, ainda, o congelamento dos duodécimos dos Poderes. Salientou os prejuízos para o poder Judiciário com a falta de recursos necessários para suas atividades rotineiras. Criticou a falta de debate por parte do Poder Executivo com os outros Poderes para feitura do projeto de lei da LDO 2019. Com a palavra o deputado Raniery Paulino. Após os cumprimentos de praxe, salientou a importância das instituições para um Estado Democrático de Direito. Salientou a importância da Universidade Estadual da Paraíba para o estado. Aproveitou a oportunidade para entregar um ofício ao secretário Waldson de Souza no tocante a número exato de concursados do concurso da Polícia Militar do Estado da Paraíba. Pediu ao secretário que receba os representantes dos Técnicos Administrativos sobre suas demandas. Pediu, ainda, ao presidente da comissão que estenda o prazo para as emendas da LDO 2019. Dissertou as dificuldades enfrentadas pelos menores da instituição Lar do Garoto. Dissertou, ainda, sobre uma visita na escola integral de Guarabira, afirmando que a escola estava em estado deplorável. Falou que o atual governo é o primeiro que não consegue articular expansão da Universidade

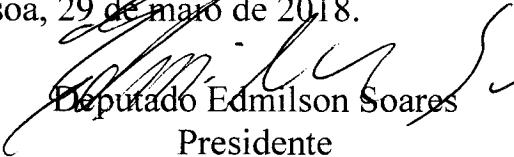
Estadual da Paraíba. Por fim, dissertou como é de fato que acontece o orçamento democrático no Estado da Paraíba. Com a palavra o senhor Rinaldo Motta, advogado da Associação dos Magistrados do Estado da Paraíba. Após os cumprimentos de praxe, trouxe ao debate algumas ponderações acerca da fala do secretário no tocante ao orçamento do Poder Judiciário e dos demais Poderes. Realçou o aumento de receita do estado nos últimos anos. Salientou que o estado da Paraíba usa o IPCA para incrementar exclusivamente o orçamento do Poder Executivo, sem extensivo aos demais Poderes. Salientou, ainda, que se tirar dois por cento das renunciais fiscais do Estado da Paraíba, daria para incrementar o orçamento dos demais Poderes. Por fim, proferiu comentários acerca da importância do Poder Judiciário para a população. Com a palavra o deputado Janduhy Carneiro. Após os cumprimentos de praxe, criticou a falta de reajustes para os servidores públicos estaduais nos últimos cinco anos. Salientou que foi cortado o ponto de vários técnicos administrativos do estado da Paraíba. Lamentou o congelamento do orçamento de vários Poderes do Estado da Paraíba, e a forma como o governo estadual administra o estado da Paraíba. Com a palavra o senhor Josivaldo Cunha. Após os cumprimentos de praxe, salientou a falta de importância por parte do chefe do Executivo as demandas emanadas nessa Audiência Pública. Dissertou sobre a renuncia fiscal do governo estadual. Perguntou qual a lógica que alimenta o orçamento do estado da Paraíba. Com a palavra o deputado Renato Gadelha. Após os cumprimentos de praxe, elogiou a fala dos últimos oradores. Disse que nos discursos é evidente que não há diálogo com o Poder Executivo para a feitura do orçamento. Dissertou sobre ações que pode resolver toda a demanda dos Poderes. Com a palavra o senhor Ricardo Barros, representante da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Paraíba. Após os cumprimentos de praxe, afirmou que o artigo 35 do projeto de lei da LDO 2019 é inconstitucional. Proferiu comentários acerca de créditos suplementares editados pelo estado da Paraíba por excesso de arrecadação. Por fim, alertou que a não aplicação da correção do duodécimo pelo aumento da receita estadual, gerou um prejuízo de mais de cento e vinte milhões de reais a partir do ano de 2014 até esse ano. Com a palavra a senhora Estela Tavares, assistida da Defensoria Pública do Estado da Paraíba. Após os cumprimentos de praxe, relatou que há vários anos necessitam da Defensoria Pública para conseguir remédios para seu pai fazer um tratamento médico. Salientou que a Defensoria Pública do Estado da Paraíba ajuda a mesma até nos gastos corriqueiros do dia a dia. Com a palavra o deputado Bruno Cunha Lima. Após os cumprimentos de praxe, dissertou sobre os vários descumprimentos de lei por parte do atual governo do estado. Salientou a falta de diálogo do Poder Executivo com os outros Poderes estaduais. Lamentou a falta de incremento orçamentário nos outros Poderes para financiar suas demandas institucionais. Criticou o discurso do governador do estado acerca da inviabilização de incremento no orçamento da saúde devido a decisão liminar do STF sobre o duodécimo do Poder Judiciário. Com a palavra o senhor Nataluan de Carvalho



5

Santos, presidente do SINDTECPB. Após os cumprimentos de praxe, disse que representa uma das maiores classes de servidores do estado da Paraíba, e que tem a pior remuneração do país. Salientou as paralisações e greves da categoria para melhorar as condições de trabalho e as remunerações. Afirmou que mesmo sendo a greve não sendo declarada ilegal, todos os técnicos que aderiram a greve tiveram seus pontos cortados. Com a palavra o senhor Benedito Venâncio da Fonseca. Após os cumprimentos de praxe, lamentou que só sete deputados estão presentes a sessão nesse momento. Falou das incongruências do orçamento feito pelo Poder Executivo. O Deputado Hervázio Bezerra, realizou os cumprimentos de praxe, comentou que segundo sua visão a essência do debate foi quebrada e foi perdida a oportunidade de sanar muitas dúvidas que poderiam ter sido tiradas com o secretário Waldson de Souza, parabenizou o Deputado Edmilson Soares pela seriedade em seu trabalho, salientou que o orçamento é uma matéria estritamente técnica e que o Deputado Buba Germano desempenha seu papel de forma impecável, salientou que o Ministério Público e outros órgãos tem legitimidade em suas lutas, afirmou que a sessão deveria ser ordenada de melhor forma para haver uma otimização das informações. Reconheceu alguns problemas do estado, a exemplo da interdição do Tribunal de Justiça e afirmou que mesmo diante dos problemas o Governo tem se esforçado para melhorar a Paraíba. Em seguida o Deputado Buba Germano (Relator da LDO), saudou a todos e iniciou seu discurso esclarecendo que desde 2015 nenhuma matéria foi adormecida pela Comissão de Orçamento, mencionou que é garantido pela Lei de diretrizes orçamentárias e pela LOA o poder de remanejamento orçamentário e suplementação, lembrou que em 2015 assumiram a Paraíba sem orçamento e precisaram revogar uma lei esdrúxula e permitir governabilidade ao Estado, evidenciou a importância do trabalho do secretário Waldson de Souza, criticou a medida do Ministro Lewandowski quando nem o Governo Federal cumpre à risca suas designações orçamentária. Salientou as mudanças que ocorreram no governo federal e que prejudicaram o governo do Estado. Corroborou com Deputado Hervázio Bezerra afirmando que o foco da sessão foi perdida. Mencionou o crescimento do Estado e enfatizou que continuarão trabalhando para o crescimento da Paraíba. Criticou a afirmação feita de que o governo agrada os deputados da situação para que aprovem matérias e informou que o orçamento do legislativo é um dos que menos tem crescido nos últimos anos. O Senhor presidente Frei Anastácio informou que o prazo de entrega das emendas foi prorrogado até dia 01 de junho de 2018. Prosseguindo o secretário Waldson Dias de Souza esclareceu que existe um cálculo que prevê o orçamento que deve ser destinado a UEPB e que na condição atual da receita não permite ao governo cobrir a totalidade dos orçamentos dos poderes, afirmou existem situações difíceis de conduzir em todos os setores e que só o tempo pode auxiliar na resolução dessas questões, pois é impossível resolver tudo diante das receitas atuais. Criticou o discurso do Deputado Bruno Cunho Lima e do senhor Manoel Izidro por terem feito discursos de ocasião. Mencionou que a renúncia fiscal não

produz receita para o estado se deixar de ser feita, e que esse ato serve para atrair indústrias e empresas para gerar receitas. Realizou alguns outros esclarecimentos sobre alguns questionamentos gerais realizados no decorrer da audiência. Pediu que a casa coloque todos os números na mesa e faça uma análise justa da peça orçamentária. Afirmou que está à disposição das categorias para conversar e adiantou que no momento não existe a possibilidade de aumento salarial para as categorias. O Deputado Frei Anastácio declarou encerrada a audiência. Lavrando a presente ATA, Karla Georgea Castro Silva e *José Ronaldo Lima Teotônio*, Assistente Legislativo, que depois de lida e aprovada, será assinada e rubricada em todas as suas folhas pelo Presidente Deputado Edmilson Soares, em conformidade com o disposto no art. 60 do RI do Poder Legislativo Estadual da Paraíba. Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, 29 de maio de 2018.


Deputado Edmilson Soares
Presidente

